

INICIATIVAS

INTER-REFORMADOS/CGTP-IN



Encontro Sindical
Forte de Peniche CGTP-IN -24 de Maio de 2025.



No dia 03 de Julho de 2025,
a Assembleia da República discutiu em plenário o conteúdo da nossa Petição n.º 41/XVI/1ª – “Por uma Rede Pública de Lares, que infelizmente foi rejeitada



CAMINHADA POR RESPEITO E MELHORES PENSÕES

Esta caminhada aconteceu no momento em que os reformados e pensionistas são uma das camadas da população que regista maior taxa de risco de pobreza (a partir dos 65 anos), a atingir os 19,6% em 2023, um valor superior aos da população em geral.



A IR/CGTP-IN de Braga,
realizou o seu convívio anual, no dia 10 de Julho 2025, com uma visita ao Mosteiro de Santo António de Mixões da Serra, no concelho Vila Verde, Distrito de Braga.

#30
NOVEMBRO 2025
ISSN: 1647-7480

ir 
INTER-REFORMADOS

INTER REFORMADOS

UMA FORÇA QUE CONTA

EDITORIAL



Esta Folha Informativa sai numa altura bastante difícil para todos os reformados/aposentados pois as medidas que o Governo anunciou após as últimas eleições não foram nada favoráveis, continuam a querer dar “bónus” aos pensionistas não resolvendo o problema das reformas mais baixas, o custo de vida continua a aumentar, as rendas de casa continuam a subir, o reforço e a melhoria do Serviço Nacional

de Saúde não se vislumbra no Orçamento de Estado para 2026 e o ataque ao nosso dinheiro da Segurança Social continua presente, visando beneficiar os donos dos fundos privados de pensões. Por isso, nesta folha temos para nossa informação um artigo sobre o estado do SNS (Serviço Nacional de Saúde), outro sobre a Situação Político Sindical. Teremos também

uma breve descrição sobre a 10ª Conferência, bem como das nossas reivindicações imediatas. Salientamos a necessidade de nos prepararmos para as lutas que se avizinham, pois, este Pacote laboral é para derrubar visto ser um retrocesso para os trabalhadores. Dia 8 de Novembro é para sairmos à rua, e participar na **MARCHA NACIONAL CONTRA O PACOTE LABORAL – Todos a Lisboa!**



10ª CONFERÊNCIA DA INTER-REFORMADOS/CGTP-IN

A 7 de Maio último decorreu esta nossa Conferência cujo lema foi "Lutar pelo direito dos trabalhadores a reformas dignas" "Reforçar a solidariedade intergeracional". A participação foi bastante efectiva e com uma análise actual da situação política e sindical muito realista. Os problemas dos reformados/ aposentados foram expostos com grande objectividade pelos nossos camaradas que intervieram, pertencendo, estes, às Comissões de Reformados dos diversos sindicatos aí representados. O direito a viver com direitos e qualidade de vida é uma justa aspiração que diz respeito aos trabalhadores no activo e aos que passam à condição de reformados/ aposentados, sendo indissociável da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Esta frase que consta nos nossos documentos para esta conferência reflecte-se bem nas nossas reivindicações imediatas. Sendo elas 24 vamos transcrever as mais prementes:

- O aumento de todas as pensões de velhice e invalidez atribuídas pelo sistema de Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentação...;
- A revogação do factor de sustentabilidade, cuja aplicação está a conduzir a uma inaceitável e progressiva redução do valor das pensões a atribuir, assim como a reposição da idade legal de acesso às pensões de velhice e reforma nos 65 anos, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
- O direito de acesso à reforma antecipada voluntária, sem qualquer penalização, para os trabalhadores com 40 anos ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade;
- A antecipação da idade da reforma ou aposentação para os trabalhadores em regime de trabalho por turnos ou nocturnos, em virtude do desgaste e da penosidade dessas formas de prestação de trabalho;
- O reforço da Segurança Social pública universal e solidária...;
- Serviços públicos universais e de qualidade, com vista a assegurar os direitos básicos dos cidadãos...;
- A salvaguarda e reforço urgente do Serviço Nacional de Saúde...;
- A progressiva melhoria do complemento solidário para idosos e dos complementos por dependência;
- A valorização do Salário Mínimo Nacional e o combate à instabilidade e precariedade de emprego como instrumentos fundamentais de resposta à pobreza laboral.

As restantes reivindicações imediatas podem ser lidas e analisadas no site da IR/CGTP-IN ou nos diversos sindicatos pois todos têm este documento.

SITUAÇÃO POLÍTICO SINDICAL

A situação dos trabalhadores, dos reformados e dos jovens do nosso país é cada vez mais marcada pelos baixos salários e pensões, insuficientes para dar resposta ao enorme aumento do custo de vida, agravando-se as desigualdades sociais, situação que contrasta com a acumulação de lucros dos grandes grupos económicos. O governo PSD/CDS, com o apoio do CH e IL, tem em marcha uma política de assalto aos direitos fundamentais e de afronta à Constituição da República Portuguesa que atinge quem trabalha e trabalhou, os serviços públicos e as funções sociais do Estado. A estratégia em curso procura fragilizar os direitos laborais bem como o direito à saúde, à educação, à protecção social, à habitação, entre outros. O pacote laboral apresentado pelo governo, se fosse posto em prática, representaria um enorme retrocesso nos direitos dos trabalhadores, que os patrões já aplaudem. Contém propostas que visam a perpetuação e agravamento dos baixos salários, intensificam a desregulação dos horários, multiplicam os motivos e alargam os prazos para os vínculos precários, facilitam ainda mais os despedimentos e limitam a defesa e reintegração dos trabalhadores, procurando impor o despedimento sem justa causa. Atacam, ainda, os direitos de maternidade e paternidade, promovem a caducidade/ destruição da contratação colectiva, põem em causa o princípio do tratamento mais favorável em mais matérias, atacam a liberdade sindical e o direito de greve, impondo limitações que ferem de forma profunda estes direitos fundamentais.

Essencial é o desenvolvimento da luta reivindicativa e a mobilização dos trabalhadores e para derrotar o pacote laboral, e dinamizar a campanha nacional de recolha de assinaturas, dos trabalhadores, reformados e das populações, num **ABAIXO-ASSINADO** dirigido ao primeiro-ministro, rejeitando o pacote laboral e exigindo a sua retirada, a revogação das normas gravosas da lei do trabalho, o aumento de salários, a garantia dos direitos, a defesa e reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Ação que vai continuar com a realização de uma **MARCHA NACIONAL CONTRA O PACOTE LABORAL – Todos a Lisboa! dia 8 de Novembro**, fazendo desaguar nas ruas de Lisboa o protesto e a rejeição do pacote laboral, a exigência de uma vida melhor, em unidade e fazendo crescer uma ampla frente de luta para dar o devido combate aos ataques em curso, levando a cabo todas as formas de luta que a situação imponha, **incluindo a realização de uma greve geral**, num futuro próximo.



O QUE SE EXIGE DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

A degradação e o enfraquecimento dos serviços públicos em geral e, em especial, do **Serviço Nacional de Saúde (SNS)**, particularmente crítico para a qualidade de vida dos reformados, é o resultado de persistentes políticas de direita, prosseguidas durante décadas. Contrariando o carácter tendencialmente gratuito, consagrado constitucionalmente, exige-se às famílias uma crescente participação no suporte das despesas com a saúde.

Subsiste o subfinanciamento crónico do SNS, que condiciona o seu normal funcionamento, com consequências nefastas na qualidade dos serviços prestados, na valorização dos profissionais e na estagnação de carreiras. No âmbito dos cuidados primários de saúde, persiste um enorme défice, 1,6 milhões de utentes sem médico de família.

As dificuldades de acesso ao SNS medem-se também pelas listas de espera e pela elevada percentagem das despesas de saúde das famílias nas despesas correntes de saúde (29,8% em 2023), nomeadamente com medicamentos, cuja tendência tem sido de agravamento, e que é uma das mais elevadas taxas da OCDE.

Assiste-se ao rápido crescimento do sector privado da saúde, que serve objectivamente os interesses dos grupos privados, a quem é entregue todos os anos uma parte substancial do Orçamento de Estado (OE) através da aquisição de bens e serviços, caminho que o actual governo pretende aprofundar. A possibilidade de privatizar parte dos cuidados de saúde primários, é um objectivo do actual governo.

O SNS não pode continuar privado dos meios humanos e materiais de que necessita. É necessário cumprir os direitos consagrados na CRP (Constituição da República Portuguesa), uma política que fixe os profissionais de saúde no SNS, o que exige salários adequados, valorização das carreiras profissionais e melhoria das condições de trabalho. Além disso, é fundamental proceder à reforma da gestão e organização do SNS, reforçando a gestão pública com foco na promoção da saúde e bem-estar da população.

É neste sentido que, tendo em conta a especial relevância do SNS para a qualidade de vida dos reformados a IR/CGTP-IN exige:

- A salvaguarda e reforço urgente do SNS, investimento em meios humanos e técnicos que dê garantias de acesso a cuidados

de saúde de qualidade a toda a população, independentemente do seu nível de rendimento e da região do país onde resida. É imprescindível o recrutamento de recursos humanos em falta nas várias áreas profissionais, recuperar e valorizar o sistema de carreiras e os salários, pôr fim à precariedade e subcontratação, regularizando os vínculos que correspondam a necessidades permanentes, aplicando as 35h a todos os trabalhadores e criando condições para a sua dedicação exclusiva;

- A cobertura total do país pela Rede de Cuidados de Saúde Primários, com boa acessibilidade por toda a população, tendo por base a promoção da saúde e a prevenção da doença;
- O acesso universal ao médico de família e a outros profissionais de saúde;
- Uma política de financiamento que responda às necessidades dos serviços, que possibilite a contratação de profissionais;
- O alargamento da rede pública de cuidados continuados e paliativos na sua componente pública, que presta cuidados de saúde e apoio social a pessoas que se encontrem em situação de dependência;
- Garantir o acesso a áreas que o SNS não cobre de forma eficaz, como a saúde oral ou a saúde mental, que se deteriorou consideravelmente nos últimos anos;
- O aumento das comparticipações, com tendência para a dispensa gratuita, nos medicamentos para reformados, aposentados e pensionistas com pensões inferiores ou iguais à retribuição mínima mensal garantida, para cidadãos com mais de 65 anos e doentes crónicos;
- A manutenção da ADSE dentro do sector público, como sistema complementar de saúde e como parte integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da Administração Pública, excluindo qualquer forma de privatização; a diminuição do desconto para a ADSE e referente a 12 meses.